

Relatório & Contas

do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012

12
20



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da

CFM – PORTOS E CAMINHOS-DE-FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos **CFM – PORTOS E CAMINHOS-DE-FERRO-DE-MOÇAMBIQUE E.P.**, que compreendem o balanço relativo a 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de activo de milhares 37.947.608 de Meticais e um total de capital próprio de 25.627.245 milhares de Meticais, incluindo um resultado líquido de 1.387.804 milhares de Meticais), a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações

financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos **CFM – PORTOS E CAMINHOS-DE-FERRO DE MOÇAMBIQUE E.P.**, em 31 de Dezembro de 2012, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Maputo, 28 de Junho de 2013

ERNST & YOUNG, LDA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos Senhores Administradores, o seu relatório e parecer sobre as contas e actividades dos CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

A elaboração das demonstrações financeiras é da competência do Conselho de Administração, cabendo ao Conselho Fiscal a responsabilidade de proceder à sua apreciação e à elaboração do seu parecer.

As demonstrações financeiras são acompanhadas de relatórios de Actividades e Contas realizadas em 2012, elaborados pelo Conselho de Administração.

No cumprimento das suas atribuições, e com base na informação obtida dos competentes órgãos de gestão dos CFM, o Conselho Fiscal concluiu que:

- Como resultado das análises feitas e das informações obtidas, bem como do relatório do auditor independente, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras dos CFM compostas por Balanço, Mapa de Demonstração dos resultados, Mapa de variação dos Fundos Próprios, Mapa de Fluxos de Caixa, Sumário das principais políticas Contabilísticas e das Notas Explicativas às Contas estão em conformidade com a Lei;
- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de Relato Financeiro (NIRFs); e
- As Demonstrações Financeiras reflectem à posição patrimonial e financeira dos CFM em 31 de Dezembro de 2012, bem como os resultados das operações realizadas durante o exercício.

O Conselho Fiscal, da apreciação feita às Demonstrações Financeiras e das actividades realizadas, considera importante salientar os seguintes desenvolvimentos:

- Um crescimento do activo Total em 33,1%, entre 2011 e 2012, totalizando no final do exercício 37.947,6 milhões de meticais;
- O passivo Total ascendeu a 12.320,4 milhões de meticais, registando um crescimento de 198,9%;

- A situação líquida no valor de 25.627,2 milhões de meticais registou um crescimento de 5,1%, relativamente a 2011; e
- O resultado bruto registou um crescimento de 42,3% relativamente aos resultados registados em 2011.

Deste modo, o resultado líquido depois dos impostos foi de 1.387,8 milhões de meticais representando um crescimento de 37,0% em relação ao registado no exercício de 2011.

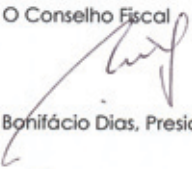
O Conselho Fiscal gostaria de apresentar a sua preocupação relativamente aos níveis dos passivos da empresa, recomendando uma maior atenção na sua gestão.

Tendo em consideração os elementos apresentados pela Administração e analisados pelo Conselho Fiscal, este é de parecer que sejam aprovados os documentos que consubstanciam o Relatório de Contas dos CFM, relativo ao exercício de 2012.

O Conselho Fiscal dirige um voto de louvor ao Conselho de Administração e através deste, a todos os colaboradores dos CFM, pelos esforços que foram desenvolvidos durante o exercício em análise, e que vêm reflectidas no Relatório analisado.

Maputo, Agosto de 2013

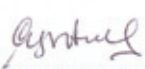
O Conselho Fiscal



Bonifácio Dias, Presidente



Matias Boa, Vogal



Evelina Novela, Vogal

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e apresentar os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico do ano de 2012.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão conformadas com o novo PGC-NIRF, de acordo com o previsto no Decreto n.º 70/2009, de 22 de Dezembro.

Importa destacar que no exercício económico de 2012 o CFM, com efeito, conheceu um aumento da área produtiva mercê da retoma, pelo CFM, do Sistema Ferroviário do Centro, após decisão do Governo que determinou a rescisão do contrato de concessão que havia sido assinado com a concessionária Companhia de Caminhos de Ferro da Beira (CCFB).

Assim, registou-se durante o exercício económico em análise um crescimento dos proveitos operacionais na ordem de 40%, comparativamente ao ano de 2011, o que originou um crescimento de 63% na arrecadação de receitas, facto que fica a dever-se igualmente à agressividade que a empresa tem vindo a imprimir na cobrança de receitas.

Relativamente aos custos operacionais, a empresa registou um incremento de 48%, com a conta de depreciações a crescer em 43% por causa do volume de investimentos realizados em activos. A aquisição de locomotivas, vagões e outros activos que antes pertenciam à CCFB, bem como a integração das linhas de Sena e de Machipanda nas nossas contas, incluindo os trabalhos de melhoria da linha de Sena e de aumento da capacidade desta linha de 3MTPA para 6.5MTPA, entre outros, encontram-se no rol dos grandes investimentos realizados pela empresa. O aumento do custo de fornecimento de serviços de terceiros, nomeadamente, os custos com dragagens, os custos com combustíveis e com o material de manutenção e reparação de equipamentos, e ainda o incremento dos custos com o pessoal, também contribuíram para o aumento dos custos operacionais.

O resultado operacional foi positivo da ordem de **1131,7 milhões de meticais**, contra **1014,1 milhões de meticais** em 2011, o que significa uma melhoria substancial em 12%. Considerando os resultados financeiros, e deduzidos os impostos, o resultado líquido do exercício revela um lucro na ordem dos **1387,8 milhões de meticais**, muito acima dos 1013,1 milhões de meticais atingidos no exercício anterior de 2011.

Apesar das constantes oscilações das economias regionais e mundial, situações a que o CFM não está alheio, a empresa tem procurado sempre (e tem conseguido) melhorar o seu desempenho em prol do crescimento económico do país, com acções orientadas para o apoio aos esforços do Governo no combate à pobreza absoluta e promoção da riqueza.

Neste sentido e fazendo jus a uma tradição de mais de um século, o CFM, em 2012, continuou a participar de forma directa em várias acções de responsabilidade social, destacando-se o seu empenho no provimento de água e electricidade a vilas e cidades ao longo das principais vias-férreas do país, construção e reabilitação de escolas, centros de saúde, locais de culto, complexos desportivos, lares de estudantes, entre outros empreendimentos. Note-se igualmente o apoio multiforme da empresa no apoio e engrandecimento da cultura moçambicana, através do patrocínio a jovens artistas plásticos, escritores, escultores, pintores, músicos, grupos culturais, entre outros.

Na sua intervenção a nível da promoção da saúde e bem-estar da sociedade destaca-se o patrocínio anual do CFM às actividades do Instituto do Coração, entre outras instituições do ramo, facto que permite que crianças moçambicanas desprovidas de recursos tenham igualmente acesso a tratamento e assistência especializada.

Maputo, Setembro de 2013

O Conselho de Administração

Eng.º Rosário Mualeia - Presidente

Eng.º Miguel Guebuza – administrador Executivo

Dra. Maria Mangore - administradora Executiva

Dra. Marta Mapilele - administradora Executiva

Sra. Maria Nhancale – Administradora Representante dos Trabalhadores

Dr. Abdul Aziza – Administrador Representante do Ministério das Finanças



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	<u>Notas</u>	<u>31-Dez-2012</u>	<u>31-Dez-2011</u>
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos tangíveis	5	17.197.009	9.661.001
Activos tangíveis de investimento	6	11.858.837	11.892.496A
Activos financeiros detidos até à maturidade	7	56.600	56.600
Activos financeiros disponíveis para venda	8	206.495	259.844
Activos por impostos diferidos	29	86.317	169.069
		<u>29.405.258</u>	<u>22.039.010</u>
Activo corrente			
Inventários	9	301.325	261.553
Clientes	10	1.312.329	1.237.734
Outros activos financeiros	11	786.707	211.198
Outros activos correntes	12	823.613	785.311
Caixa e bancos	13	5.318.376	3.977.203
		<u>8.542.350</u>	<u>6.472.999</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>37.947.608</u>	<u>28.512.009</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	14	1.242.981	1.242.981
Reservas	14	2.052.569	1.262.333
Resultados transitados	14	20.943.891	20.872.335
Resultado líquido do exercício		1.387.804	1.013.123
		<u>25.627.245</u>	<u>24.390.772</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>25.627.245</u>	<u>24.390.772</u>
Passivo não corrente			
Provisões	15	26.447	26.447
Empréstimos obtidos	16	3.576.267	2.313.906
Outros passivos financeiros	18	6.019.285	16.718
Passivos por impostos diferidos	29	20.652	223.657
		<u>9.642.651</u>	<u>2.580.728</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	17	146.044	181.985
Empréstimos obtidos	16	3.952	2.029
Outros passivos financeiros	18	384.844	125.899
Outros passivos correntes	19	2.142.872	1.230.597
		<u>2.677.712</u>	<u>1.540.510</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>12.320.363</u>	<u>4.121.238</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>37.947.608</u>	<u>28.512.010</u>

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

	Notas	2012	2011
Vendas de bens e prestação de serviços	20	5.261.659	3.379.395
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	21	(125.162)	(133.918)
Margem bruta		5.136.497	3.245.477
Investimentos realizados pela própria empresa	22	133.005	139.185
Rendimentos suplementares	23	1.255.284	1.020.746
Gastos com pessoal	24	(1.650.054)	(1.175.456)
Fornecimento e serviços de terceiros	25	(2.293.409)	(1.751.300)
Depreciações	5,6	(992.413)	(693.538)
Provisões	15	-	-
Imparidade	8, 9,10	(499.190)	(12.576)
Reversões do período de perdas por imparidade	9,10	3.032	199.279
Outros ganhos e perdas operacionais	26	38.984	42.274
		1.131.736	1.014.091
Rendimentos financeiros	27	1.127.581	1.201.425
Gastos financeiros	28	(346.312)	(871.375)
Resultado antes do imposto		1.913.005	1.344.141
Imposto sobre o rendimento	29	(525.201)	(331.018)
Resultado líquido do exercício		1.387.804	1.013.123

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

	2012	2011
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	1.387.804	1.013.123
<u>Ajustamentos ao resultado relativo a:</u>		
Depreciações	992.413	693.538
Aumento/(redução) de provisões	-	-
(Aumento)/redução de inventários	(39.772)	(139.592)
(Aumento)/redução de clientes e outros activos financeiros	(596.755)	123.026
(Aumento)/redução de outros activos correntes	(38.302)	(121.977)
Aumento/(redução) de fornecedores e outros passivos financeiros	6.225.571	14.524
Aumento/(redução) de outros passivos correntes e não correntes	709.270	(58.416)
<i>Caixa líquida gerada/(usada) pelas actividades operacionais</i>	<u>8.640.229</u>	<u>1.524.226</u>
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
<u>Ajustamentos ao resultado relativo a:</u>		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis e tangíveis de investimento	(8.412.010)	(507.926)
Investimentos financeiros	-	(56.600)
Juros e rendimentos similares	249.940	200.551
<i>Caixa líquida gerada/(usada) pelas actividades de investimento</i>	<u>(8.162.070)</u>	<u>(363.975)</u>
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
<u>Ajustamentos ao resultado relativo a:</u>		
Empréstimos obtidos	1.040.543	(762.543)
Dividendos pagos	-	(109.900)
Juros e gastos similares	(26.199)	(23.930)
Outros ajustamentos	(151.330)	-
<i>Caixa líquida gerada/(usada) pelas actividades de financiamento</i>	<u>863.014</u>	<u>(896.373)</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.341.173</u>	<u>263.878</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>3.977.203</u>	<u>3.713.325</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>5.318.376</u></u>	<u><u>3.977.203</u></u>

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

O Técnico de Contas

A Administração

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo no início de 2011	1.242.981	36.526	441.708	48.341	20.872.294	845.699	23.487.549
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	42.285	676.559	16.914	109.941	(845.699)	-
Dividendos	-	-	-	-	(109.900)	-	(109.900)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.013.123	1.013.123
Saldo no fim de 2011	1.242.981	78.811	1.118.267	65.255	20.872.335	1.013.123	24.390.772
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	50.656	638.268	101.312	222.887	(1.013.123)	0
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos ao Resultado	-	-	-	-	(151.331)	-	(151.331)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.387.804	1.387.804
Saldo no fim de 2012	1.242.981	129.467	1.756.535	166.567	20.943.891	1.387.804	25.627.245

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

O Técnico de Contas

A Administração

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- | | |
|--|--|
| 1. Bases de preparação
2. Principais políticas contabilísticas
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros
5. Activos tangíveis
6. Activos tangíveis de investimento
7. Activos financeiros detidos até a maturidade
8. Activos financeiros disponíveis para venda
9. Inventários
10. Clientes
11. Outros activos financeiros
12. Outros activos correntes
13. Caixa e bancos
14. Capital próprio
15. Provisões | 16. Empréstimos obtidos
17. Fornecedores
18. Outros passivos financeiros
19. Outros passivos correntes
20. Vendas de bens e prestações de serviços
21. Custo dos inventários
22. Investimentos para a própria empresa
23. Rendimentos suplementares
24. Gastos com pessoal
25. Fornecimentos e serviços de terceiros
26. Outros ganhos e perdas operacionais
27. Rendimentos financeiros
28. Gastos financeiros
29. Impostos sobre o rendimento |
|--|--|

Sobre a empresa

O CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. foi inicialmente uma empresa estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto n.º 6/89, de 11 de Maio, mantendo a sua sede em Maputo, embora com presença efectiva em grande parte do território nacional.





CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, e ao abrigo do Decreto n.º 40/94, de 18 de Setembro, a empresa estatal foi transformada em empresa pública, passando a ter a designação de PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E. P. (CFM). O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de meticais.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos portos.

O capital social ascende a 1.242.981 milhares de meticais, integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano, que assim se constitui na casa-mãe do CFM.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Tem vindo a ser implementado um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique, o qual inclui a cedência ao sector privado da gestão e exploração em regime de concessão dos sistemas ferro-portuários do país.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste esquema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais, o terminal de cereais do Porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Infra-estruturas sob gestão directa dos CFM:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul);
- Terminal de Alumínio da Matola;
- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- Porto de Pemba;
- Sistema Ferroviário do Centro (Sena e Machipanda);
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as empresas já criadas para a exploração em regime de concessão ou subconcessão de terminais específicos e de outras infra-estruturas, com envolvimento de parceiros do sector privado, são as seguintes:

Na zona Sul:

- Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM, nomeadamente:



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

- ❑ DP Word, S A – (exploração da terminal de contentores);
 - ❑ MPT – Maputo Produce Terminal (exploração da terminal de frutas);
 - ❑ STAM – Sociedade Terminal de Açúcar de Maputo (exploração da terminal do açúcar);
 - ❑ TCM – Terminal de Carvão da Matola – (exploração do terminal de carvão da Matola); e
- Terminal de Cabotagem de Maputo, SARL (TCM), que tem a concessão de exploração do Terminal de Cabotagem de Maputo.
 - STM – Sociedade de Terminais de Moçambique, que tem a concessão para exploração do Terminal Ferro-rodoviário das Mahotas.

Na zona Centro:

- CdM – Cornelder de Moçambique, SARL, que tem a concessão para exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- CQ – Cornelder Quelimane, SARL, que tem a concessão do Porto de Quelimane;
- BGT – Beira Grain Terminal, com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte, com quem se firmou o contrato de concessão para a exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala.
- Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração de um cais (Jetty) a ser construído na costa da província de Nam-pula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma.

CEAR – Central East Africa Railways (no Malawi): não obstante esta concessão não se localizar no território nacional, o CFM ganhou o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, em associação com o parceiro privado da concessão do Corredor do Norte – a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) – tendo sido constituída a empresa concessionária CEAR e firmado com o Governo do Malawi o contrato de concessão da exploração daquele caminho-de-ferro.

1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2012, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade. Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiên-



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

cia histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira do CFM com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, sendo apresentadas em milhares de meticals, arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais do CFM, sendo que a empresa se encontra obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 8).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 20 de Março de 2013.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticals, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelo CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	31-Dez-2012		31-Dez-2012	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	28,60	29,17	26,50	27,03
Rands Sul-Africanos	3,41	3,48	3,21	3,27
Euros	37,80	38,56	34,28	34,97

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC-NIRF, o CFM decidiu adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC-NIRF.



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticaís)

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	<i>Taxa Anual %</i>
Construções	2 - 4
Equipamento básico	10 - 25
Outros activos tangíveis	10 - 20

O CFM efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. O CFM procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se espera vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

O CFM classifica como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obtenção de rendas.

Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicáveis todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos, bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registados como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível, fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para o CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

O CFM avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o CFM estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, o CFM reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, o CFM estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

A determinação de um contrato é ou contém uma locação baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculado conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de mantê-los por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Activos financeiros detidos até à maturidade

Consideram-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo o CFM a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço do CFM na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

O CFM avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente, de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o CFM tenha transferido o controlo sobre esses activos.





CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados se aquando da anulação do reconhecimento se encontram em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente (“bidprice”). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada de capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados se aquando da anulação do reconhecimento se encontram em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

k) Provisões

O CFM constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

O CFM regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas ao resultado na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se o CFM tiver uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.





CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido em outros passivos correntes, sendo transferidos rendimentos através de uma base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

Os subsídios do Governo relativos a rendimentos são apresentados ou como créditos na demonstração dos resultados, ou como deduções ao correspondente gasto.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras do CFM exige-se que a administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelo CFM são analisadas como se segue:

Imparidade de contas a receber

O CFM reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir a necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, o CFM efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

O CFM considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

O CFM reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicáveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que o CFM é parte interessada são constituídas atendendo a expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas autoridades fiscais.

Por outro lado, as autoridades fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do CFM durante um período de 10 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o CFM se encontra sujeito, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem re-expressão das quantias comparativas.

5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como se segue:

	31-Dez-2011	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2012
Custo de aquisição					
Terrenos	12.273	-	-	-	12.273
Construções	18.185.081	8.203.233	-	-	26.388.314
Equipamento básico	11.281.747	145.112	-	-	11.426.859
Outros activos tangíveis	1.129.414	14.870	-	-	1.144.284
Investimentos em curso	2.152.867	1.764.760	-	(1.667.770)	2.249.857
	32.761.382	10.127.975	-	(1.667.770)	41.221.587
Depreciação acumulada					
	31-Dez-2011	Depreciações do exercício	Alienações/Abates		31-Dez-2012
Construções	11.999.666	708.317			12.707.983
Equipamento básico	10.633.144	210.334			10.843.478
Outros activos tangíveis	467.571	5.546			473.117
	23.100.381	924.197	-		24.024.578
Valor líquido	9.661.001				17.197.009

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

	01-Jan-2011	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2011
Custo de aquisição					
Terrenos	12.273	-	-	-	12.273
Construções	18.144.209	40.872	-	-	18.185.081
Equipamento básico	11.265.529	16.218	-	-	11.281.747
Outros activos tangíveis	1.011.064	118.350	-	-	1.129.414
Investimentos em curso	1.828.083	324.784	-	-	2.152.867
	32.261.158	500.224	-	-	32.761.382

	01-Jan-2011	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2011
Depreciação acumulada				
Construções	11.590.230	409.436	-	11.999.666
Equipamento básico	10.513.972	119.881	(709)	10.633.144
Outros activos tangíveis	371.566	96.005	-	467.571
	22.475.768	625.322	(709)	23.100.381
Valor líquido	9.785.390			9.661.001

6. Activos tangíveis de investimento

O movimento ocorrido nos activos tangíveis de investimento é analisado como se segue:

	31-Dez-2011	Aumentos	Alienações/Abates	31-Dez-2012
Custo de aquisição				
Construções	26.610.184	34.557	-	26.644.741
Equipamento básico	1.236.943	-	-	1.236.943
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	27.847.130	34.557	-	27.881.687

	31-Dez-2011	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2012
Depreciação acumulada				
Construções	14.957.962	43.035	-	15.000.997
Equipamento básico	996.669	25.181	-	1.021.850
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	15.954.634	68.216	-	16.022.850
Valor líquido	11.892.496			11.858.837



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	01-Jan-2011	Aumentos	Alienações/Abates	31-Dez-2011
Custo de aquisição				
Construções	26.610.184	-	-	26.610.184
Equipamento básico	1.236.943	-	-	1.236.943
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	27.847.130	-	-	27.847.130
	01-Jan-2011	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2011
Depreciação acumulada				
Construções	14.914.927	43.035	-	14.957.962
Equipamento básico	971.488	25.181	-	996.669
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	15.886.418	68.216	-	15.954.634
Valor líquido	11.960.712			11.892.496

Estes activos, detidos como objecto de obtenção de rendas, dizem respeito aos bens alugados ao DP World Maputo, Transcom, e Mozal e bens no âmbito de concessão com MPDC – Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Sociedade Terminais de Moçambique e outras (ver introdução).

7. Activos financeiros detidos até a maturidade

A rubrica de activos financeiros detidos até à maturidade apresenta-se como se segue:

Instrumentos financeiros	Taxa de Juro	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Obrigações de Tesouro	21%	56.600	56.600
		56.600	56.600

8. Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda apresenta-se como se segue:

	% de participação	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Subsidiarias	80-100	79,956	79,955
Associadas	20-49	176,379	170,929
Instrumentos Financeiros	0-19	97,762	97,762
		354,097	348,646
Imparidade acumulada de activos financeiros disponíveis para venda		(147,602)	(88,802)
		206,495	259,844

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Os movimentos ocorridos em imparidade acumulada de activos financeiros disponíveis para venda foi o seguinte:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
A 1 de Janeiro		
Imparidade	88.802	88.802
Reversão	58.800	-
A 31 de Dezembro	-	-
	147.602	88.802

9. Inventários

A rubrica de inventários inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Matérias primas, auxiliares e materiais	340.258	277.154
Produtos ou serviços em curso	-	18.969
	340.258	296.123
Ajustamentos ao valor realizável líquido	(38.933)	(34.304)
	301.325	261.819

Os movimentos ocorridos em ajustamentos ao valor realizável líquido foram os seguintes:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
A 1 de Janeiro	34.304	34.764
Reforço	4.709	-
Utilização	(80)	(460)
A 31 de Dezembro	38.933	34.304

10. Clientes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
<i>Partes relacionadas</i>	704,759	687,660
<i>Outras entidades</i>	1,519,896	1,029,668
TOTAL	2,224,654	1,717,328
Imparidade acumulada em saldos de contas a receber	(912,324)	(479,595)
	1,312,330	1,237,733



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Os movimentos ocorridos em imparidade de contas a receber foi o seguinte:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
A 1 de Janeiro	479.595	666.298
Reforço	435.681	12.576
Utilização	(2.952)	(199.279)
A 31 de Dezembro	912.324	479.595

11. Outros activos financeiros

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
<i>Partes relacionadas</i>	248,267	153,760
<i>Outras entidades</i>	538,440	57,438
	786,707	211,198

12. Outros activos correntes

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Estado		
IRPC	294.443	333.179
IVA a recuperar	150.266	124.985
IVA - Reembolsos pedidos	225.844	212.715
	670.553	670.879
Acréscimos de rendimentos e gastos diferidos	153.060	114.432
	823.613	785.311







CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

13. Activos Correntes

Caixa e Bancos

31-Dez-2012	31-Dez-2011
5,318,376	3,977,203

14. Capital próprio

O capital estatutário do CFM ascende a 1.242.981 milhares de meticais, integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano.

De acordo com a lei vigente, a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Art.º 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

O resultado líquido de 2011 foi aplicado da seguinte forma:

Aplicação do resultado do exercício 2011

	<u>Valor</u>
Reserva Legal	50,656
Fundo social dos trabalhadores	101,312
Reserva para investimentos	638,268
Dividendos distribuídos	222,887
	<u>1,013,123</u>



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

15. Provisões

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Provisões Diversas	26,447	26,447

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
A 1 de Janeiro	26,447	26,447
Reforço	-	-
Utilização	26,447	26,447
A 31 de Dezembro		

16. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Empréstimos Obtidos	1,090,243	-
Financiamentos do Estado	2,486,024	2,313,906
Outros	3,952	2,029
	3,580,219	2,315,935

Os empréstimos obtidos são analisados como se segue:

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Não correntes					
<u>Empréstimos</u>					
STB Financiamento p/ reabil. Emerg. Linha de Sena (i)		USD		1.090.243	-
				1.090.243	-
<u>Financiamentos do Estado</u>					
Ministério das Finanças (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	512.986	475.352
Porto de Quelimane (iii)	-	EUR	07/04/2050	259.271	253.597
Banco Mundial - RPRP (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	1.530.581	1.418.292
Reabilitação da Linha de Sena (iv)	0,75% p.a.	USD	30/06/2030	123.920	114.829
Electrificação do Porto da Matola (v)	5,5% p.a.	EUR	20/07/2034	59.266	51.836
				2.486.024	2.313.906
Correntes					
<u>Outros</u>					
Descobertos bancários	-	MTN		3.952	2.029
				3.952	2.029
				3.580.219	2.315.935



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

(i) Standard Bank

O saldo correspondente ao desembolso parcial do empréstimo obtido em Abril de 2013 junto do Standard Bank, para reabilitação de emergência da Linha de Sena, no montante de 45.000.000,00 USD, vence juros à taxa LIBOR 3 meses spread de 5,5%, o qual já foi 37.381.159.36USD, será amortizado semestralmente, e a primeira prestação venceu em 2012, o reembolso do montante do financiamento em dívida será efectuado em uma única prestação na data de vencimento final.

(ii) Banco Mundial e Ministério das Finanças

Os saldos correspondentes ao financiamento pelo Banco Mundial e Ministério das Finanças em Janeiro de 2000 para a racionalização da força de trabalho **no âmbito do Projecto RPRP (“Railways Project Restructuration of Port”) no montante de 49.182.403 USD, a liquidar em 30 anos, com 10 anos de período de graça capital e juros e, posteriormente, vence juros a taxa de 2% ao ano.**

(iii) Porto de Quelimane

O montante na rubrica de Porto de Quelimane representa desembolsos para a reabilitação do Porto de Quelimane no montante de 14.112.000 EUR. O empréstimo foi concedido pela instituição alemã KfW–Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute) via Governo de Moçambique em Abril de 2007.

(iv) Reabilitação da Linha de Sena

O montante nesta rubrica representa financiamento pelo Banco Mundial via Governo de Moçambique em 2005, pela reabilitação da Linha de Sena no montante de 5.500.000 USD.

(v) Electrificação do Porto da Matola

O montante nesta rubrica representa um financiamento pela instituição alemã KfW–Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute) via Governo de Moçambique em 2005, pela electrificação do Porto da Matola no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via de desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos dos serviços de importação e exportação.

17. Fornecedores

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Fornecedores	146,044	181,985

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

18. Outros passivos financeiros

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Nao correntes	6,019,285	16,718
Corrente	384,844	125,899
TOTAL	6,404,129	142,617

19. Outros passivos correntes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Estado		
Imposto sobre o rendimento	645.455	353.194
Retenção na fonte	29.170	16.265
Contribuições para INSS	2.747	3.721
Outros	1.465.500	857.417
	2.142.872	1.230.597





CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

20. Vendas de bens e prestações de serviços

As vendas de bens e prestações de serviços decompõem-se como se segue:

	2012	2011
Estadias	101.180	74.483
Cabotagem	284.923	6.666
Exportações	151.428	142.595
Importações	179.302	159.242
Pilotagem	30.413	19.180
Rebocadores	67.892	68.237
Rendas e alugueres	470.709	406.640
Transporte e manuseamento de mercadorias	3.208.837	2.475.505
Outros serviços prestados	766.975	26.847
	5.261.659	3.379.395





CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

21. Custo dos inventários

Esta rubrica analisa-se como se segue:

2012			
	Mercadorias	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	-	(296.123)	(296.123)
Compras	-	761.543	761.543
Regularizações	-	-	-
Existências finais	-	(340.258)	(340.258)
Custo do exercício	-	125.162	125.162

2011			
	Mercadorias	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	-	156.725	156.725
Compras	-	273.316	273.316
Regularizações	-	-	-
Existências finais	-	(296.123)	(296.123)
Custo do exercício	-	133.918	133.918

22. Investimentos para a própria empresa

Água e electricidade

A rubrica de investimentos para a própria empresa refere-se ao valor da produção de travessas para a reconstrução da Linha Férrea de Ressano Garcia.

23. Rendimentos suplementares

Os rendimentos suplementares incluem:

	2012	2011
Rendas fixas	323891	341984
Rendas variáveis	677644	554423
Outros rendimentos	253749	124339
	1,255,284	1,020,746



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

24. Gastos com pessoal

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Remunerações da administração	41,491	30,062
Remunerações de outros colaboradores	1,368,247	982,723
Encargos com as remunerações	14,870	7,809
Ajudas de custo	28,073	17,586
Indemnizações	5,113	2,311
Custos de acção social	44,266	35,807
Outros custos com pessoal	147,994	99,158
	1,650,054	1,175,456

25. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Água e electricidade	55,116	47,714
Combustíveis e lubrificantes	469,464	288,855
Materiais de manutenção e reparação	120,386	67,933
Material de escritório	44,906	33,988
Serviços de dragagem	133,075	482,007
Manutenção e reparação	473,107	55,728
Comunicações	44,986	31,231
Rendas e alugueres	273,378	172,950
Vigilância e segurança	147,299	114,544
Estiva - Terminal de alumínio	157,195	145,657
Intercâmbio de material circulante	128,301	155,327
Outros fornecimentos e serviços	246,196	155,366
	2,293,409	1,751,300

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

26. Outros ganhos e (perdas) operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como se segue:

	2012	2011
Impostos e taxas	(21,995)	(14,761)
Quotizações	(1,044)	(1,592)
Programas de responsabilidade social	(62,103)	(29,435)
Clube de actividades desportivas	(119,547)	(107,284)
Outras actividades	(55,394)	(29,073)
Outros gastos e perdas operacionais	(260,083)	(182,145)
Subsídios para investimentos	189,210.00	31,154.00
Outros	109,857.00	193,265.00
Outros rendimentos e ganhos operacionais	299,067	224,419
	38,984	42,274

27. Rendimentos financeiros

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Juros obtidos	249.940	200.551
Rendimentos de partes sociais	174.936	223.218
Rendimentos de activos tangíveis de investimentos	218.688	217.628
Diferença de câmbio favoráveis	475.050	558.151
Outros rendimentos e ganhos financeiros	8.967	1.877
	1.127.581	1.201.425

Os rendimentos de partes sociais dizem respeito a dividendos obtidos.

28. Gastos financeiros

Os rendimentos de partes sociais dizem respeito a dividendos obtidos.

	2012	2011
Juros suportados	26.199	23.929
Diferenças de câmbio desfavoráveis	302.134	833.247
Outros gastos e perdas financeiras	17.979	14.199
	346.312	871.375



CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

29. Impostos sobre o rendimento

	2012	2011
Imposto corrente	(645.455)	(353.194)
Imposto diferido	120.253	22.176
	(525.202)	(331.018)

O movimento nos impostos diferidos foi o seguinte:

	31-Dez-2011	Demonstração de resultados		31-Dez-2012
		Gasto	Rendimento	
Activos por impostos diferidos				
Activos intangíveis	602	(602)	1.981	1.981
Depreciações dos activos tangíveis	-	-	-	-
Diferença de câmbio não realizada desfavorável	168.467	(168.467)	84.336	84.336
	169.069	(169.069)	86.317	86.317
Passivos por impostos diferidos				
Depreciações dos activos tangíveis	(54.986)	-	54.986	(0)
Anulação de provisões para devedores duvidosos	-	-	-	-
Diferença de câmbio não realizada favorável	(168.671)	(20.651)	168.671	(20.651)
	(223.657)	(20.651)	223.657	(20.652)
	(54.588)	(189.720)	309.974	65.665
		120.253		

	01-Jan-2011	Demonstração de resultados		31-Dez-2011
		Gasto	Rendimento	
Activos por impostos diferidos				
Activos intangíveis	2.303	(2.303)	602	602
Depreciações dos activos tangíveis	24.503	(24.503)	-	-
Diferença de câmbio não realizada desfavorável	135.270	(135.270)	168.467	168.467
	162.076	(162.076)	169.069	169.069
Passivos por impostos diferidos				
Depreciações dos activos tangíveis	(38.678)	(16.308)	-	(54.986)
Anulação de provisão para devedores duvidosos	(28.032)	-	28.032	-
Diferença de câmbio não realizada favorável	(172 130)	(168.671)	172 130	(168.671)
	(238.840)	(184.979)	200.162	(223.657)
	(76.764)	(347.055)	369.231	(54.588)
		22.176		

O Técnico de Contas

A Administração